



Opinião Econômica

Bernardo Guimarães

Doutor em economia por Yale, foi professor da London School of Economics (2004-2010) e é professor titular da FGV EESP



Salário mínimo não é um bom indexador

Como ele deve crescer em termos reais, não se presta a esse fim

Na semana passada, Fernando Haddad recomendou, em rede social, a leitura de um artigo de Bráulio Borges sobre a dinâmica das contas públicas. O ministro raramente recomenda artigos técnicos para leitura no X (ex-Twitter) e, político experiente que é, não escolheu esse por acaso.

A mensagem do ministro causou furdúncio nas redes porque o artigo defendia a desvinculação do piso previdenciário (e de outros benefícios assistenciais) do salário mínimo nacional -uma medida defendida por muitos economistas, mas evitada por políticos e impopular dentro do PT.

Vamos então falar sobre o salário mínimo e sobre seu uso como indexador.

Em primeiro lugar, como o salário mínimo afeta o mercado

de trabalho? A imposição de um salário mínimo tem, potencialmente, dois efeitos: 1) aumentar o salário de quem trabalha no setor formal e receberia menos que o salário mínimo; 2) eliminar empregos no setor formal que não seriam suficientemente produtivos para valer o piso salarial.

A importância de cada um desses efeitos depende do valor do salário mínimo e é uma questão empírica.

Encontrar efeitos do salário mínimo no desemprego é tarefa complicada, porque alterações no piso salarial não acontecem por acaso e afetam a economia inteira. Como nos testes de vacinas, gostaríamos de comparar efeitos no grupo tratado com o que aconteceu no grupo de controle. No caso do salário mínimo isso não é possível.

Nos últimos 30 anos, economistas desenvolveram maneiras de estimar esses efeitos.

Tudo começou com o artigo icônico de David Card e Alan Krueger publicado em 1994 que contribuiria para o Prêmio Nobel a David Card em 2021. Usando criatividade e estatística, eles mostraram que o efeito do salário mínimo no nível de emprego, se existia, era pequeno. Boa parte da pesquisa subsequente confirmou os resultados de Card e Krueger.

Mas esses resultados valem para o Brasil?

Um influente artigo de Niklas Engbom e Christian Moser, publicado em 2022, encontrou que aumentos do salário mínimo no Brasil desde 1996 tiveram efeito substancial na redução da desigualdade salarial e pouco efeito

no nível de emprego.

Há, porém, resultados na direção contrária. Por exemplo, trabalhos de Hugo Jales concluem que aumentos no salário mínimo levam muitos trabalhadores para a informalidade no Brasil, e um artigo recente de Rafael Parente acha que, devido à migração para o setor informal, aumentos no piso podem gerar um aumento da desigualdade.

Em suma, a maior parte da literatura acha que aumentos no salário mínimo têm efeito pequeno no emprego e, por isso, economistas se tornaram mais favoráveis a pisos salariais nos últimos 30 anos. Ainda assim, há questões sobre os efeitos na informalidade do mercado de trabalho.

O salário mínimo ideal buscaria elevar a renda de quem ganha o piso sem reduzir muito o

emprego no setor formal.

Faz sentido que esse piso salarial cresça com os salários da economia. Afinal, os efeitos do salário mínimo sobre emprego e informalidade dependem de quanto as empresas estão dispostas a pagar aos funcionários. O crescimento da média salarial dá uma ideia desse valor.

Uma maneira simples de implementar algo assim é fazer o valor real do salário mínimo crescer com nosso PIB per capita. Hoje, a regra liga o mínimo ao PIB.

Contudo, é justamente o crescimento do salário mínimo em termos reais que faz com que ele não seja um bom indexador. Quando o objetivo é manter o valor real de benefícios ou punições, usamos índices de inflação.

Será que é isso que o ministro Haddad tem em mente?

O Banrisul é um banco único. Porque te entende.

banrisul
banrisul.com.br

Empresários da CIC Caxias cedem equipamentos para desobstruir estradas

/ CLIMA

Roberto Hunoff, de Caxias do Sul
economia@jornaldocomercio.com.br

A Câmara de Indústria, Comércio e Serviços (CIC) e Fundação Caxias lançaram campanha de arrecadação de recursos para abastecer máquinas que empresários estão colocando à disposição para um trabalho emergencial de desobstrução de estradas e acessos no interior de Caxias do Sul e Região da Serra. À frente da iniciativa, o empresário Guilherme Sartor, do Sinduscon Caxias, afirma que, neste momento, estão sendo liberados acessos para escoamento de produção e chegada de serviços básicos e suprimentos essenciais, como medicamentos, alimentos, roupas, colchões e outros materiais.

“O foco é na Estrada Municipal do Vinho, que vai ser a principal via de acesso à região de Vila Cristina e escoamento para

a Serra e posteriormente para a Capital. Mas estamos também trabalhando na Rota do Sol e na RS-431, em Faria Lemos, em Bento Gonçalves”, detalha.

Estão em operação, cedidas pelas empresas, cerca de 25 escavadeiras, 10 retroescavadeiras, cinco tratores de esteira, duas pás-carregadeiras e de 15 a 20 caminhões. “Está sendo um trabalho forte e em vários pontos. Estimamos a necessidade de 100 mil a 150 mil litros de diesel”, acrescenta Sartor.

O presidente da CIC Caxias, Celestino Oscar Loro, reforça a importância da mobilização. De acordo com ele, a Fundação Caxias está coordenando as ações de arrecadação de manutenção, água, colchões e roupas, e delegou às entidades empresariais a missão de restabelecer o mínimo de normalidade possível aos acessos rodoviários, afetados pelas enxurradas da semana passada. Loro lembra que exis-

tem muitas comunidades sem acesso a serviços básicos e suprimentos essenciais.

As doações para a campanha podem ser feitas por meio da chave PIX (atendimento2@fundacaocaxias.com.br) ou utilizando o QR Code que está nas pla-

taformas oficiais da CIC Caxias e Fundação Caxias. A CIC Caxias e seus parceiros estão trabalhando em colaboração com as autoridades locais e a Defesa Civil para coordenar os esforços de socorro e garantir que a ajuda chegue aos que mais precisam.



Entidade ajuda nos trabalhos para normalizar tráfego nas rodovias

Rede de concessionárias gaúchas auxiliam comunidades

Em meio aos desafios enfrentados pelo Rio Grande do Sul devido às inundações em áreas comerciais, as concessionárias de veículos da região demonstram solidariedade e compromisso com a comunidade ao mobilizarem-se para prestar assistência gratuita aos veículos em operação nos resgates e salvamentos, incluindo até mesmo o atendimento para embarcações.

O Sindodiv/Fenabrave-RS destaca que muitas concessionárias sofreram prejuízos incalculáveis e que estão focados também na reconstrução das famílias do setor da distribuição que foram afetadas pela situação adversa.